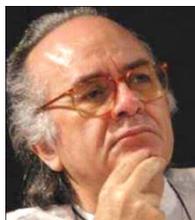


## PROFESSOR BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Por REVISTA INTER-LEGERE<sup>1</sup>

O Professor Boaventura de Sousa Santos nasceu em Coimbra, em 15 de novembro de 1940, é Doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale; Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e *Distinguished Legal Scholar* da Universidade de Wisconsin - Madison, Diretor do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia e do Centro de Documentação 25 de abril da Universidade de Coimbra. Escritor premiado em Portugal, no Brasil, no México e em Cuba. Viveu no Brasil nos anos 70, do século XX, pesquisando sobre pluralismo legal nas favelas do Rio de Janeiro. Faz estudos sobre orçamento participativo e é participante ativo do Fórum Social Mundial. Entre seus livros publicados no Brasil destacam-se: *Um Discurso sobre as Ciências; Introdução a uma Ciência Pós-Moderna; Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade; A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência;* e o mais recente, *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Como pensador social busca focalizar suas reflexões em torno de experiências nas áreas de democracia participativa, produção alternativa, movimentos sociais e multiculturalismo, entre outras. Acredita na possibilidade de reconstrução da idéia de emancipação social e no papel dos cientistas sociais nessa reconstrução. Nesta entrevista à Revista *Inter-legere*, o Professor Boaventura Santos fala sobre os desafios teóricos e metodológicos das Ciências Sociais e da proposta de uma sociologia das ausências.



## RI - Quais os principais desafios teóricos e metodológicos para as Ciências Sociais nos países periféricos e semiperiféricos?

Bem, fundamentalmente os desafios teóricos são os de poder dar conta das experiências sociais, políticas, culturais que, sobretudo, hoje, nos países periféricos e nos semiperiféricos se firmam cada vez mais pungentes, cada vez são mais visíveis e não tem ainda um tratamento teórico analítico articulado, na medida em que as teorias nas Ciências Sociais foram produzidas em quatro ou cinco países mais desenvolvidos do Atlântico Norte e a sua pseudouniversalidade ou generalidade não esconde o facto de essas teorias terem respondido, sobretudo, se não mesmo exclusivamente, as necessidades sociais, políticas e as realidades também sociais e políticas desses países. De modo que quando aplicadas aos países periféricos e semiperiféricos redundam sempre em distorções que não permitem recuperar inteiramente a novidade, a criatividade, a autonomia, a especificidade dessas experiências sociais e políticas. Ainda penso que este é o grande desafio, é desenvolver teorias que dêem conta de modo adequado às aspirações da transformação social, a partir das realidades também devidamente analisadas nesses países de acordo com metodologias que sejam as mais adequadas. Quanto aos desafios metodológicos, eu penso que fundamentalmente, aqui a questão é de sem perder de vista toda a metodologia que foi criada para as Ciências Sociais do Norte poder também, neste caminho, ter alguma criatividade, sobretudo, no que diz respeito, a distinção que tenho vindo a fazer entre objetividade e neutralidade. Há toda hoje

<sup>1</sup> A Comissão Editorial da Revista *Inter-legere* entrevistou o Professor Boaventura de Sousa Santos, em Natal, durante o Colóquio “Globalização, Direitos Humanos e Cidadania” realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de 31 de agosto a 01 de setembro de 2006, com a colaboração da Professora Doutora Vânia Gico - do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Coordenadora do Grupo de Estudos “Boa-Ventura” da Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação,” do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN.

uma discussão metodológica e epistemológica que permite distinguir estas duas posturas, na medida em que as Ciências Sociais nos países periféricos e semiperiféricos devem ser objetivas, respeitando as metodologias que nos permitem, a cada momento, deixar-nos surpreender pela realidade. Portanto, pelos cânones do dogmatismo, do apriorismo e também de visões completamente espontâneas e falsas, mas ao mesmo tempo, que permita que esta metodologia possa permitir aos cientistas sociais definirem as suas posições enquanto cidadãos perante os problemas sociais e políticos que afligem esses países. Esses problemas são muito graves, são demasiadamente graves para que os cientistas sociais possam se considerar neutros perante eles. Daí a necessidade de sermos objetivos sem sermos neutros. As experiências já consolidadas nos países periféricos e semiperiféricos apontam para as possibilidades de esta disjunção entre objetividade e neutralidade ser construída metodologicamente. Chamo atenção, por exemplo, para a investigação-ação ou investigação e ação participativa que foram constituídas aqui no Continente. Aqui talvez seja justo realçar o nome de Orlando Fausto Borba - o grande sociólogo colombiano que foi quem mais cedo chamou atenção para essas novas formas metodológicas quando a ciência e a cidadania aparecem numa complementaridade virtuosa e não divorciadas como acontece noutros contextos positivistas. Aliás, na **Introdução a uma Ciência Pós-moderna**, eu também falo numa aplicação edificante da ciência que se contrapõe à aplicação técnica da ciência e a avaliação da aplicação edificante da ciência é uma aplicação em que o cientista se

compromete com essa aplicação e com as conseqüências que dela podem resultar. Enfim, em termos breves, esta seria a minha resposta.

RI - Em um de seus livros: *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*, o Senhor desenvolve uma experiência metodológica a qual denomina de *cartografia simbólica* para tratar do direito - a mesma estratégia foi utilizada por Cortesão e Stöer num dos capítulos do livro *A globalização e as Ciências Sociais* para tratar da educação. Além destes trabalhos, o Senhor tem conhecimento de outros trabalhos que desenvolvam esta estratégia cartográfica? E de que tratam?

Bem, quanto a esta pergunta, enfim, realmente a minha proposta da cartografia simbólica tem sido, foi utilizada por meus colegas Luiza Cortesão e Stephen Stöer e tem sido muito utilizada por outros colegas, mas seria fastidioso agora aqui mencionar. O texto foi publicado pela primeira vez em mil novecentos e... talvez, oitenta e sete. Portanto, é um texto antigo. Foi publicado, aliás, numa revista inglesa de sociologia do direito e, a partir daí, foi muito utilizado por colegas que trabalhavam, por exemplo, sobre a Geografia do Direito, isto é, como é que os diferentes conflitos jurídicos eram vistos em diferentes escalas, em diferentes formas de simbolização, portanto, e projeção, digamos assim que são as primeiras dimensões que eu analiso neste texto. São inúmeras as aplicações na área do Direito e em outras áreas, mas obviamente eu tenho delas uma

notícia geral. Eu não poderia agora de modo nenhum detalhar essas aplicações.

**RI - De acordo com a proposta feita pelo Senhor, como as Universidades Públicas poderiam trabalhar no sentido da organização de uma Universidade dos Movimentos Populares?**

Penso que as universidades públicas, enfim, têm uma história e são naturalmente prisioneiras também, em certa medida, dessa história. Elas foram portadoras de um conhecimento elitista, estiveram a serviço das elites, das elites nacionais de cada país, ajudaram a definir projetos nacionais para o desenvolvimento, mas que eram eles próprios também excludentes. Basta pensar como a questão indígena e afro-descendente, por exemplo, nunca foi posta, nunca foi considerada nestes projetos. E o que acontece hoje é que as elites nacionais se globalizaram e, como se globalizaram, não têm interesse em projetos nacionais e não tem interesse nesta universidade pública porque ela, apesar de tudo, continua a defender e a produzir um conhecimento independente, muitas vezes independente e crítico, e como tal ela deixou de servir a essas elites que estão hoje integradas na globalização neoliberal. A universidade pública tem, pois, que encontrar outra base social, que já não pode ser a das elites, mas certamente é da sociedade civil. Não é do mercado, da empresa, como acontece no discurso hegemônico. A necessidade da universidade se ligar à indústria. Nós sabemos muito bem quão falaciosa essa ligação, quão precária ela é para a universidade, mas há na sociedade, no seu conjunto, nos movimentos

sociais, nas organizações sociais, no terceiro setor, enfim, toda essa dinâmica social que hoje é bastante criativa e que precisa do conhecimento produzido na universidade pública. A universidade deve, pois, abrir-se, através, não apenas dos serviços de extensão, mas daquilo que eu chamo de ecologia dos saberes, trazer para dentro da universidade esses saberes populares, camponeses, urbanos, dos bairros populares da cidade, das mulheres, dos próprios indígenas, dos afro-descendentes, dos seus movimentos ambientais, dos movimentos dos direitos humanos. E, nesse sentido, ela pode ser um elemento, um componente da universidade popular dos movimentos sociais. Essa universidade tem uma autonomia e tem um perfil próprio, enfim, que eu tenho já definido, e está escrito, pouco dispensei agora de elaborar sobre ele. É uma universidade paralela, digamos, onde cientistas sociais comprometidos com os objetivos de transformação social progressista se unem e entram numa conversa sistemática com os líderes e ativistas dos movimentos sociais e organizações sociais.

**RI - Em que a sociologia das ausências pode contribuir para o aproveitamento da memória social dos diversos fenômenos sociais, cujas experiências vêm sendo desperdiçadas, dentre as quais as da educação?**

Esta pergunta tem a resposta no próprio texto da sociologia das ausências, na medida em que a sociologia das ausências parte do pressuposto de que muitas vezes experiências que são consideradas não existentes,

invisíveis e totalmente marginalizadas têm que ser recuperadas e tornadas visíveis, tornadas presentes e disponíveis através de um outro tipo de racionalidade, de um outro tipo de Ciências Sociais, de outros tipos de teorias e metodologias. Portanto, fundamentalmente, a sociologia das ausências é exatamente esta aposta na idéia de que há muita, não só experiência social, mas memória social que é suprimida, que é considerada irrelevante, que é esquecida. E, portanto, a globalização neoliberal é, fundamentalmente, uma história que se conta a si própria, como sendo a história dos vencedores, daqueles que se globalizam e daqueles que ao globalizar-se adquirem essa prerrogativa de designar como lutas todas as experiências sociais rivais. E, ao designá-las como lutas, é o primeiro passo para elas serem consideradas irrelevantes, serem consideradas, no fundo, inexistentes, enfim, na sua expressão mais pura. A sociologia das ausências estima-se, exatamente para incorporar toda essa riqueza da experiência social. Na educação, sem dúvida que a sociologia das ausências propõe um outro modelo educacional e de conhecimento. Não pode ser o modelo de conhecimento formal porque a educação tem a ver com a ecologia dos saberes e, para mim, também o processo educativo deve ser ele próprio também orientado por estas ecologias de saberes, onde os diferentes saberes procuram articular de uma maneira virtuosa, respeitando as experiências e as trajetórias de cada um, sem menosprezar, no entanto, aquilo que de novo se pode aprender, de modo a posicionarmos numa sociedade, que é uma sociedade que também tem desafios, digamos, de cognição, de conhecimento científico e tecnológico, as

quais também não podem ser de maneira nenhuma ignoradas. O que é necessário é que a educação não contribua para a monocultura do conhecimento científico. E, portanto, que ela seja uma veiculadora da idéia de que não há conhecimento, senão o conhecimento científico, que não há racionalidade para além da racionalidade cognitiva, instrumental da ciência, que entre a ciência e a ética não há nenhuma ponte possível e que o conhecimento científico representa fielmente a realidade tal e qual como nós a conhecemos. Eu penso que esta seria, se a educação puder ou fizer isto, obviamente que não está a contribuir para os objetivos da emancipação social. Ela, ao contrário, tem que ter uma outra concepção que recuse a monocultura do rigor científico, sem, no entanto, desperdiçar também a experiência preciosa que a ciência nos pode trazer e que tem trazido. É nesse sentido que eu penso que a educação pode, se for formulada, ou enfim, no âmbito da sociologia das ausências, terá que passar por transformações muito radicais ▢